

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Paulo Moreira Franco Custódio

**A ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E FORMAÇÃO DA
FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**

**Resende
2019**

Paulo Moreira Franco Custódio

**A ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A FORMAÇÃO
DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Academia Militar das Agulhas Negras como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de **Bacharel em Ciências Militares**, sob a orientação do Cel PTTC Durland Puppim de Faria.

**Durland Puppim de Faria – Cel PTTC
Orientador**

**Resende
2019**

Paulo Moreira Franco Custódio

**A ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A FORMAÇÃO
DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Academia Militar das Agulhas
Negras como parte dos requisitos para a
Conclusão do Curso de **Bacharel em Ciências
Militares**, sob a orientação do Cel PTTC
Durland Puppim de Faria.

Aprovado em ____ de _____ de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA:

**Durland Puppim de Faria – Cel PTTC
Orientador**

Avaliador

Avaliador

**Resende
2019**

Dedico este trabalho, a Deus, que me guiou pelo caminho da formação de oficial combatente do Exército Brasileiro, possibilitando que realizasse meu sonho e, também aos bravos brasileiros que se lançaram aos campos de batalha europeus, contra o terrível regime nazi-fascista.

AGRADECIMENTO

Aos meus pais, Paulo Henrique Custódio e Cristiane Moreira Franco Alves que sempre estiveram próximos, prontos a me auxiliar, sempre dispostos em tempos fáceis e difíceis, bons e ruins, também não poderia esquecer dos meus avós, meu irmão, minha namorada, pessoas que amo muito e tenho imensa admiração. Também aos meus amigos, da vida civil, e principalmente os que fiz na caserna. Finalmente, agradeço a Deus, nosso Senhor, que me guiou e protegeu durante toda a vida.

RESUMO

A ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A FORMAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Paulo Moreira Franco Custódio
Durland Puppim de Faria – Cel PTTC

Trata o presente estudo a respeito do ingresso brasileiro na 2ª Guerra Mundial por meio de sua força expedicionária que foi enviada aos campos de batalha italianos. O objetivo geral do estudo consiste em analisar se os afundamentos de navios mercantes brasileiros feitos por submarinos alemães, durante o período de guerra, foi o principal motivo para a entrada brasileira nos combates no lado Aliado. Foram consultadas obras de historiadores brasileiros além de arquivos da internet. Da mesma maneira, o acervo de trabalhos produzidos a respeito do tema da biblioteca da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). O tipo de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Como resultado da pesquisa, foram verificados os processos que levaram a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Ao término do trabalho também se concluiu que houveram alguns fatores primordiais para o ingresso brasileiro na guerra, dentre eles, interesses políticos e os afundamentos dos navios. Este é um assunto relevante, pois a área da História Militar é estudada durante a toda formação do oficial combatente, desde seu período básico até a categoria de altos estudos militares. Também sua importância se apresenta no fato de conhecer acontecimentos históricos ligados aos combates em que as forças armadas brasileiras atuaram, pois as experiências aprendidas podem auxiliar no caso de futuros conflitos. Foi utilizado o método do fichamento para a coleta de dados.

Palavras-chaves: história militar, FEB, afundamento de navios brasileiros.

ABSTRACT

THE ENTRY OF BRAZIL INTO THE SECOND WORLD WAR AND THE FORMATION OF THE BRAZILIAN EXPEDITIONARY FORCE

Paulo Moreira Franco Custódio
Durland Puppim de Faria – Cel PTTC

It deals with the present study regarding the Brazilian entry in the Second World War through its expeditionary force that was sent to the Italian battlefields. The general objective of the study is to analyze if the sinking of Brazilian merchant ships made by German submarines during the war period was the main reason for the Brazilian entry into the Allied combat. Works of Brazilian historians as well as archives of the internet were consulted. Likewise, the collection of works produced on the theme of the library of the Military Academy of the Agulhas Negras (AMAN). The type of research used was bibliographic research. As a result of the research, the processes that led to the formation of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) were verified. At the end of the work it was also concluded that there were some key factors for the Brazilian entry into the war, among them political interests and the sinking of ships. This is a relevant subject, since the area of Military History is studied during the entire training of the combatant officer, from his basic period to the category of senior military studies. Also its importance is presented in the fact of knowing historical events related to the combats in which the Brazilian armed forces acted since the learned experiences can help in the case of future conflicts. The data collection method was used.

Palavras-chaves: military history, FEB, sinking of Brazilian ships

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tratado de Versalhes.....	17
Figura 2 – Vargas e Roosevelt.....	20
Figura 3 – Brasil declara guerra.....	22
Figura 4 – Marechal Mascarenhas de Moraes.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras

CIE - Centro de Instrução Especializada

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CSN - Companhia Siderurgica Nacional

DIE - Divisão de Infantaria Expedicionária

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

EUA - Estados Unidos da América

FEB - Força Expedicionária Brasileira

GM – Guerra Mundial

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	12
2.1 Revisão da literatura e antecedentes do problema	12
2.2 Referencial metodológico e procedimentos	13
3 CONTEXTO HISTÓRICO	14
3.1 O período em que aconteceu a guerra.....	14
3.2 Tratado de Versalhes	16
4 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS.....	17
4.1 O Brasil durante o Estado Novo de Vargas.....	17
4.1.1 <i>A influência nazista no Brasil</i>	18
4.1.2 <i>O aproximamento dos Estados Unidos da América</i>	19
5 AFUNDAMENTOS DOS NAVIOS MERCANTES	20
5.1 A atuação dos submarinos nazistas e a declaração de guerra.....	20
6 A FORMAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA.....	23
6.1 Dificuldades iniciais.....	23
6.2 A mobilização.....	25
6.3 Adestramento.....	26
6.3.1 <i>A instrução no Brasil</i>	26
6.3.2 <i>A preparação na Itália</i>	27
6.4 A organização e o material da tropa.....	27
7 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa a ser realizada tratará sobre os fatores que levaram ao ingresso brasileiro na Segunda Grande Guerra e os processos que levaram a formação de sua força expedicionária, que foi enviada ao campo de batalha italiano.

Seu estudo tem importância para o meio militar e civil, tendo em vista que seu aprofundamento corresponde a um aumento do conhecimento sobre a história brasileira assim como do Exército Brasileiro.

O escopo do trabalho ficará restrito a análise dos principais fatores que levaram o governo brasileiro da época declarar Guerra aos países do Eixo (Alemanha Itália e Japão) e o processo de formação da FEB. O contexto histórico é o pós Primeira Guerra quando a Europa sofria as consequências deixadas pelo Tratado de Versalhes e o Brasil passava pelo governo de Getúlio Vargas tendo em destaque o período do Estado Novo.

O objetivo geral do estudo consiste em analisar se os afundamentos dos navios mercantes foi o principal motivo para a declaração de guerra ou se houve outros fatores e quais as suas relevâncias, além de expor a formação da Força Expedicionária Brasileira visando sua mobilização, adestramento, a organização e o material utilizado da tropa.

As principais fontes de pesquisa foram obras escritas por historiadores que abordam temas de história militar do Brasil como: Silveira (2001), Vicentino (2002), Moraes (2005), André (2007), Skidmore (2007), Vilela (2008), Oliveira (2011), Hastings (2011), Monteiro (2013), Savian e Laceda (2015), Bezerra (2015) e Faria (2015).

No segundo capítulo, buscou-se mostrar como ficou a situação dos países europeus envolvidos no conflito assim como as consequências negativas pelo Tratado de Versalhes, para estes, destacando a Alemanha. Para a elaboração deste capítulo, foram utilizadas como fontes principais: Moraes (2005), André (2007) e Faria (2005).

O terceiro capítulo traz um relato histórico de como estava a situação política brasileira da época que passava pelo período do Estado Novo do governo Vargas, suas características e alinhamentos políticos e ideológicos. Também se analisou as relações iniciais com os países do Eixo e posteriormente o afastamento desses devido à aproximação com os Estados Unidos da América. Nesse capítulo foram utilizadas principalmente as fontes: Vicentino (2002), Oliveira (2011) e Savian e Lacerda (2015).

No quarto capítulo buscou-se abordar a política externa de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, abordando as principais características deste. Também relatar como ocorreu a influência nazista no Brasil e posteriormente a aproximação entre os governos do brasileiro e

norte-americano. Nesse capítulo foram usadas as obras de Silveira (2001), Skidmore (2007) e Faria (2015)

No quinto capítulo foi apresentado como se deu a atuação dos submarinos alemães em relação aos navios da marinha mercante brasileira e como isso levou a declaração de beligerância. Para elaboração desse, a obra de Monteiro (2013) foi utilizada como fonte.

Por último, no sexto capítulo, buscou-se relatar a formação da Força Expedicionária Brasileira, abordando as dificuldades iniciais dos processos para sua constituição e posteriormente como ocorreu o adestramento, a mobilização, a organização e o material da tropa. Para isso foram consultadas as obras de Moraes (2005), Vilela (2008), Hastings (2011), Bezerra (2015) e Faria (2015).

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental para obter informações necessárias sobre o tema que se insere na linha de pesquisa de estudo da história militar.

Buscou-se analisar as principais acontecimentos que levaram ao ingresso do Estado brasileiro na Segunda Guerra Mundial suas motivações e como consequência disso a formação da FEB, passando por sua mobilização, organização e adestramento.

2.1 Revisão da literatura e antecedentes do problema

Identificando o que de mais relevante e atual tem sido produzido sobre o tema da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial e a formação da FEB, foram pesquisados alguns autores, dentre eles, Monteiro (2015) que relata as consequências dos torpedeamentos das embarcações mercantes brasileiras como uma das principais motivações para a declaração de guerra.

Segundo André (2007) os torpedeamentos de 34 embarcações foi de fato o que levou a declaração de guerra. A opinião pública pressionou o governo de forma a revelar que apesar de pacifista, a população brasileira da época, sabia repelir ofensas feitas como tal. Então compreendendo as agressões e impulsionado pelas manifestações em todo o país, que pediam que o Brasil declarasse guerra aos países do Eixo, o governo brasileiro aceitou o desafio e declarou guerra ao Eixo

Porém, segundo Faria (2015) em 1937, o governo Vargas tomou várias medidas totalitaristas como o fechamento do Congresso, imposição da censura de imprensa e prisão de lideranças opositoras ao seu governo, além de colocar interventores nos estados. Inspirado pelo modelo de propaganda nazista de Goebbles criou o Departamento de Imprensa e Propaganda para a valorização de seu governo. Essas e outras medidas populistas, como a determinação do salário mínimo e a consolidação das leis trabalhistas, são exemplos de influências nazi-fascistas.

Apesar das fortes características totalitaristas houve uma aproximação com os Estados Unidos que lutavam contra os Estados totalitaristas na Europa. Porém essa nova aliança ia além da solidariedade com a Doutrina Monroe. Faria (2015) expõe que Vargas era simpatizante dos regimes nazifascistas e esse fato levou a um delicado momento da política externa da época, porém esse momento de tensão foi contornado com o financiamento feito pelos norte-americanos da indústria siderúrgica brasileira que se materializou na construção

da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na cidade de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Assim como a cessão de territórios no norte para a operação de bases aéreas Força Aérea dos EUA.

Nesse contexto o Brasil precisava mobilizar tropas para de fato ir à guerra, foi então que o Ministro da Guerra encarregou o General-de-Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes de organizar e instruir a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE).

Para Moraes (2005) um dos principais desafios para o cumprimento de sua tarefa foi a transformação dos antigos moldes franceses de adestramentos para os norte-americanos em pouco tempo de adestramento de uma divisão de Infantaria. Além desse outros como: “[...] absoluta insuficiência do material de guerra norte-americano entre nós [...]” (2005, p.29).

Diante da literatura consultada sobre o tema podem ser citadas algumas questões problemáticas como: O que foi feito quanto a seleção do efetivo que compôs a Divisão Expedicionária, como foi realizado seu adestramento e o que foi feito a respeito da insuficiência de material de guerra?

Ainda, Moraes (2005) relata que a seleção de pessoal visava à escolha de brasileiros aptos para o combate em clima e ambiente totalmente diversos daqueles que estavam habituados e terem boa robustez física. Quanto à insuficiência de material, material, norte-americano, que iam utilizar, já que todo material até então tinha origem europeia. Além disso, o material utilizado para isso era pouco e então o revezamento se fazia necessário. Por isso houve a necessidade do adestramento se iniciar, no Brasil, partindo do mais básico da instrução militar, marchas, treinamento físico militar e ordem unida e após a concentração da 1ª DIE foram criados cursos emergenciais no Centro de instrução especializada (CIE). Apesar do esforço para se adestrar o contingente o tempo foi pouco e a tropa teve de terminar seu adestramento após de chegar em território italiano.

2.2 Referencial metodológico e procedimentos

Visando confirmar o que é apresentado pela literatura, foi formulado o seguinte problema de pesquisa: Os afundamentos dos navios mercantes foi o principal motivo para o Brasil entrar na Guerra? E quais foram os processos que levaram a formação da FEB?

A importância do assunto reflete diretamente nos dias de hoje de forma que é evidente que a participação do Exército Brasileiro nos campos de batalha da Itália levou a sua evolução. Desde a sua preparação, quando houve a mudança da doutrina francesa pela americana, esta última mais atualizada e com isso maior eficácia para o contexto pós Primeira

Guerra, até a própria experiência do combate regular, elevaram não só nosso exército, mas nossas forças armadas, como um todo a outro patamar.

O objetivo geral do estudo consiste em analisar se os afundamentos dos navios mercantes foi o principal motivo para a declaração de guerra ou se houveram outros fatores e qual a suas relevâncias além de expor a formação da Força Expedicionária Brasileira visando à seleção de pessoal, o preparo e a organização da tropa.

Para atingir esse objetivo foi realizada uma pesquisa descritiva que buscou relacionar os torpedeamento das embarcações e o alinhamento do governo da época com a declaração de guerra além de descrever os principais processos de formação da Força Expedicionária Brasileira.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando rever a literatura que fornecesse o embasamento teórico do trabalho. Desse levantamento, destacam-se como obras mais relevantes sobre o assunto: Silveira (2001), Vicentino (2002), Moraes (2005), André (2007), Skidmore (2007), Vilela (2008), Oliveira (2011), Hastings (2011), Monteiro (2013), Savian e Laceda (2015), Bezerra (2015) e Faria (2015). A pesquisa foi feita basicamente por meio de fontes secundárias e os resultados foram traduzidas qualitativamente.

3 CONTEXTO HISTÓRICO

Nesta fase do trabalho será apresentada uma breve contextualização histórica de como ficou a situação europeia após a Primeira Guerra Mundial tendo como foco as imposições feitas pelo Tratado de Versalhes a Alemanha no pós-guerra.

3.1 O período em que ocorreu a guerra

Com o armistício da Primeira Guerra Mundial, foram realizadas diversas conferências de paz, cuja principal finalidade era a de redesenhar o mapa europeu e enfraquecer a Alemanha. Desta forma, foi assinado pelo governo alemão o Tratado de Versalhes no ano de 1919, no qual impôs diversas obrigações ao governo, dentre elas a de maior humilhação para a Alemanha, que deveria assumir a responsabilidade de ter desencadeado a guerra, como afirma Savian e Lacerda (2015, p. 258), “a maior humilhação imposta à Alemanha, entretanto, foi uma cláusula moral, na qual os aliados, mediante ameaças de ocupação, obrigaram os alemães a assumir a culpa pelo desencadeamento da guerra”.

Buscando uma solução para que guerras como a Primeira Guerra Mundial não acontecessem mais, foi criado em janeiro de 1920 um órgão internacional denominado Liga das Nações. Este órgão tinha como objetivo promover e manter a paz mundial, estabelecendo

sanções aos países que colocassem em risco essa paz. Porém, tal órgão não se mostrou eficiente devido a inúmeros fatores, entre eles o de não possuir uma força armada como forma de inibir algum estado de crise mundial, sendo assim, o único mecanismo de coerção que ela possuía eram as sanções econômicas e militares. Com isso, não conseguiu fazer frente às ações que os países do Eixo realizaram antes de eclodir a Segunda Guerra Mundial (LIGA DAS NAÇÕES, 2017).

Durante o período pós Primeira Guerra na Europa, os povos viviam em um estado de calamidade e destruição total, tanto nas nações vencedoras quanto nas nações perdedoras do conflito. Isso facilitou o surgimento de partidos políticos na Alemanha e seus aliados, com diferentes cunhos ideológicos. Faria (2015, p. 231) ratifica a aparição desses partidos políticos:

[...] a Alemanha e seus aliados estavam devastados e entraram em uma profunda crise econômica e política que facilitaria o surgimento de partidos políticos de características nacionalistas, socialistas, militares e totalitárias, como as do Partido Operário Alemão (Partido Nazista).

Na Itália, a grave crise econômica enfrentada pelo governo e o não atendimento das promessas feitas pelos Aliados, acarretaram em uma crise social que o governo do país se mostrou incapaz de resolver. Diante essa situação, a burguesia se apoiou no Partido Fascista, liderado por Benito Mussolini, fazendo com que este fosse posto no cargo de primeiro-ministro. No poder, Mussolini restabeleceu a ordem social e diminuiu os problemas econômicos e logo depois, deu ênfase na militarização e expansão da Itália, estruturando um regime totalitário (SAVIAN e LACERDA, 2015, p. 262).

Já na Alemanha, os efeitos da crise foram sentidos muito mais fortes do que no restante dos países. Aproveitando-se do cenário vivido, do sentimento de revanchismo que o povo alemão sentia após a derrota na Grande Guerra e da humilhação sofrida pelo Tratado de Versalhes, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores (Nazista), liderado por Adolf Hitler, chega ao poder. Hitler ganha prestígio ao fazer a economia alemã se recuperar. Com isso, ele adota uma série de medidas no campo militar, deixando de cumprir as restrições do Tratado de Versalhes e dando início ao desenvolvimento de seu exército e da doutrina de guerrear da Alemanha (SAVIAN e LACERDA, 2015).

A adoção de uma política de apaziguamento feita pela Inglaterra e França fez com que várias medidas adotadas por Hitler não tivessem nenhuma represália por parte dos dois países. Assim, Hitler e Mussolini adotaram projetos expansionistas sem que tivessem alguma interferência. Até que em 1939, a Alemanha realiza um pacto de não agressão com a URSS e

alia-se com a Itália, após invadir a Polônia, ocasionando a declaração de guerra pela Inglaterra e França, como Savian e Lacerda afirmam:

No ano de 1939, Mussolini ocupou a Albânia, e Hitler ocupou a Tchecoslováquia, atos que geraram um ambiente extremamente tenso na Europa. A Liga das Nações, a esta altura, estava totalmente desacreditada. Hitler voltou-se então para a Polônia, aliada de ingleses e franceses, a fim de recuperar territórios que os alemães foram obrigados a ceder aos poloneses, quando do término da Primeira Guerra Mundial. No dia 1º de setembro de 1939, após concluir um pacto de não-agressão com a URSS e aliar-se com a Itália (Pacto de Aço), Hitler ordenou a invasão da Polônia. Imediatamente ingleses e franceses declararam guerra à Alemanha, dando início a Segunda Guerra Mundial. (SAVIAN E LACERDA, 2015, p.268)

3.2 Tratado de Versalhes

O maior conflito armado do século XX eclodiu em 1939, após um período de hostilidades entre as principais potências mundiais da época. Porém esse acontecimento só foi possível graças a um conflito que terminava vinte anos antes de seu início, a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), mais precisamente, por as imposições feitas aos perdedores, pelo Tratado de Versalhes.

Segundo Vicentino (2002), a capitulação imposta pelo Tratado de Versalhes impôs condições duras ao término dos combates e perdas territoriais na Europa e nas colônias. Esse Tratado humilhou e arrasou a Alemanha e por suas condições foi assumido como um imposto pelos vencedores. A Alemanha perdeu parte do seu território, teve que pagar somas enormes e teve seu exército desmilitarizado.

Os tratados de paz impostos aos derrotados, principalmente o Tratado de Versalhes, semearam o espírito de revanche e descontentamento que iria desembocar na Segunda Guerra Mundial (VICENTINO, 2002).

O território alemão pós-Tratado de Versalhes é bem diferente daquele apresentado no início da Primeira Guerra Mundial. A Alemanha perdeu 13,1% do seu território que correspondiam a 14,6% da superfície cultivável, 74,5% dos minerais de ferro, 68,1% das reservas de zinco e 26% da produção de carvão (STOLPER, 1942, p. 123; HARDACH, 1977, p. 191 apud NOGUEIRA, 2010).

De acordo com Oliveira (2011), o exército alemão foi restringido a apenas 100 mil homens com no máximo 4.000 oficiais, 102.000 rifles e carabinas, 1.134 metralhadoras leves e 792 pesadas. A marinha ficou restrita a 15 mil homens, (com no máximo 1.500 oficiais), 6 encouraçados, 6 cruzadores ligeiros e 12 contratorpedeiros. Por fim, proibiu-se a artilharia

pesada, tanques, submarinos e força aérea. O resultado dessas medidas foi o enfraquecimento do Estado Alemão sob os pontos de vista militar, territorial e econômico.

Figura 1 – Tratado de Versalhes



Fonte: PINTEREST (2019)

4 A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS

Nesse capítulo do trabalho será apresentado como estava a situação política do Brasil no período do Estado Novo e como o governo Vargas inicialmente se relacionava com os países do Eixo, tendo enfoque na Alemanha nazista, o que levou ao afastamento dessa para a aproximação com os países Aliados, principalmente os Estados Unidos da América.

4.1 O Brasil durante o Estado Novo de Vargas

Durante o período de 1937 até Janeiro de 1946 ocorreu no Brasil o governo Vargas conhecido como Estado Novo. Era caracterizado pela centralização do poder, pelo autoritarismo e pelo nacionalismo econômico.

O Estado Novo de Getúlio Vargas, fechou o Congresso, censurou órgãos de imprensa, prendeu líderes políticos opositores e colocou interventores nos governos estaduais. Nessa época o governo era regido na Constituição centralizadora e autoritária, que foi feita inspirada e tinha muito em comum com as ditaduras fascistas da Europa. Inspirado pelo alemão Joseph Goebels, Getúlio criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como instrumento para valorização do seu governo. Como exemplificação desse fato a “Hora do Brasil” um programa de rádio engrandecia os feitos do governo. Além disso as

Consolidações das Leis do Trabalho (CLT), dentre outros benefícios sociais foram criados. Devido as essas características, acreditava-se, desde o início da Segunda Guerra Mundial, que o Brasil provavelmente se colocaria ao lado dos países do Pacto do Eixo (FARIA, 2015). Já sobre o nacionalismo econômico Skidmore expõe:

Durante o Estado Novo, Vargas intensificou também o apelo aos sentimentos brasileiros de nacionalismo econômico. A opinião nacionalista variava da suspeita elementar contra os aproveitadores estrangeiros até teorias sofisticadas de estratificação econômica internacional. O efeito prático do nacionalismo econômico foi criar condições de apoio às medidas para a industrialização, da mesma forma que incrementou a intervenção estatal na economia (SKIDMORE, 2007, p.69).

O principal fruto desse nacionalismo foi a industrialização do Brasil que foi apoiada na substituição das importações que resultou do colapso da capacidade de importações, com a manutenção da procura devido ao programa de auxílio ao café, e os deslocamentos dos investimentos de particulares, do setor de exportação, para a produção industrial voltada para o mercado interno. (SKIDMORE, 2007)

4.1.1 A influência nazista no Brasil

A política expansionista alemã ia muito além de seus limites procurando influenciar a minorias de descendentes alemães a agirem em favor do 3º Reich e o Brasil não escapou dessa influência. Os estados do sul, principalmente Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, tinham boa parte de sua população de descendentes de imigrantes oriundos da Alemanha, as chamadas colônias que passaram a ser pressionadas por Berlim na intenção de criar um possível levante nos moldes do que ocorreu na Tchecoslováquia, país em que essa circunstância serviu como pretexto para sua anexação a Alemanha (SILVEIRA, 2001)

No ano de 1938 o Governo brasileiro já estava atento e medidas começavam a ser tomadas em relação aos estados sulistas. O interventor do Rio Grande do Sul, General Cordeiro de Farias procurou coibir essas influências (SILVEIRA, 2001)

Tal política também não passou despercebida pelos EUA:

[...]visando a possível expansão do conflito, àquela altura bem delineado na Europa. As autoridades americanas tinham consciência de que a guerra total, como estava sendo planejada pelos nazistas, não permitiria o *status* de neutralidade outrora respeitado. A participação no conflito era uma questão geográfica-estratégica, não importando o estrito cumprimento das regras e convenções por parte do país neutro; a estratégia militar predominava sobre qualquer outra consideração e, na Europa a invasão da Noruega, Dinamarca, Holanda e Bélgica comprovaria esse novo conceito de guerra total (SILVEIRA, 2001, p. 27).

De acordo com Silveira (2001) os militares sul-americanos nutriam certa admiração

pela organização militar alemã. Admiração de caráter profissional e não ideológico. Acreditava-se na vitória nazista devido a superioridade das suas forças militares.

Ainda, Silveira (2001) cita que os norte-americanos tinham preocupação com a defesa do território norte e nordeste brasileiro, pois se caíssem nas mãos inimigas seu poder naval estaria em perigo devido ao canal do Panamá ser vulnerável a ataques oriundos dessas regiões.

A propaganda nazista no Rio de Janeiro era feita por jornais que eram abastecidos por agências alemãs e italianas de notícias que retratavam sempre um lado construtivo dos países totalitários. O lado sombrio dos campos de concentração, os campos de concentração e a cruel perseguição aos judeus não eram mencionadas. O que se veiculava era um tema de apoio ao trabalhador, realizações culturais, grandes obras de engenharia e o ressurgimento econômico alemão (SILVEIRA, 2001).

4.1.2 A aproximação dos Estados Unidos da América

Duas versões são levadas em consideração quanto a postura de Vargas no período da eclosão da 2ª Guerra Mundial. Uma visão mais tradicional considera o ex-presidente como um político habilidoso que aguradou o máximo que conseguiu a tomar a decisão de que lado tomar no contexto beligerante pois ponderava qual lado seria mais vantajoso do ponto de vista econômico. De fato o grande sonho de Vargas era a industrialização do Brasil e com o Plano Quinquenal, de 1940, do ministro Souza Costa que previa recursos para reequipar ferrovias, construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, instalação de uma indústria aeronáutica e a construção de uma indústria siderúrgica. Por outro lado, alguns consideram o posição do governo contraditória, pois, a medida que se ligava economicamente aos americanos, sua estrutura política era semelhante à dos países totalitários. Se tomasse posição favorável a Alemanha poderia trazer sérios problemas econômicos ao Brasil uma vez que os nazistas estavam longe geograficamente, tendo a América do Sul como objetivo secundário. Além disso a pressão dos EUA foi intensa, tendo eles liberado recursos para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e um novo modelo de relação bilateral, a “política de boa vizinhança”. (FARIA, 2015).

Figura 2 – Vargas e Roosevelt



Fonte: PINTREST (2019)

Porém, o Brasil não era o único que se beneficiaria com a união com os norte-americanos, pois estes pretendiam montar bases militares no Nordeste brasileiro, devido a relativa proximidade com a África, o que permitiria garantir a defesa do continente de uma possível invasão alemã e representava um local ideal para a partida de aeronaves para Europa, África e União Soviética (FARIA, 2015)

O fato é que esses interesses, brasileiros e norte-americanos, levaram a esses dois países se aproximarem e com isso, obviamente, o Brasil se afastou da Alemanha e Itália.

5 AFUNDAMENTOS DOS NAVIOS MERCANTES

No capítulo em questão serão explicitados a atuação dos submarinos da marinha alemã, no litoral brasileiro e relacionar os acontecimentos decorrentes dessa atuação com a forte comoção nacional que foi fator decisivo para a declaração de guerra do Estado brasileiro aos países do Eixo.

5.1 Atuação dos submarinos nazistas e a declaração de guerra

No início de 1942, os alemães realizaram uma intensa campanha submarina no Oceano Atlântico. Essa campanha buscava bloquear a chegada de suprimentos a indústria bélica americana, essa campanha se chamava “Rufar dos Tambores”, foi então que os navios brasileiros, carregados de borracha passaram a ser considerados alvos valiosos. (MONTEIRO, 2013).

Segundo Monteiro (2013) o cargueiro Buarque foi o primeiro a ser atacado na costa americana e depois disso uma série de torpedeamentos a embarcações nacionais passaram a ocorrer de forma que até julho 15 navios já haviam sido atacados longe da costa nacional, totalizando 136 mortos. Nesse momento os diplomatas alemães não se esforçavam mais para justificar como possíveis enganos esses acontecimentos. Ficava subentendido que consideravam que o Brasil pagava por sua escolha.

De acordo com Monteriro (2013) o lado dos Aliados já estava escolhido e faltava apenas um acidente à soberania nacional, um ataque deliberado a uma cidade brasileira ou a uma embarcação na costa do país para que essa escolha se evidenciasse. Foi então que 5 torpedeamentos na costa nordestina em menos de 3 dias fizeram com que o povo saísse a rua exigindo a entrada do Brasil na guerra. Por todo território estudantes, sindicalistas, políticos e empresários se manifestavam contra os atentados. Cidades com empreendimentos comerciais de imigrantes oriundos dos países do Eixo foram depredados. Outras demonstrações desse tipo foram ações como arrancar placas com nomes italianos e queimar bandeiras nazistas. No Rio de Janeiro estudantes passaram a perseguir colegas de origem italiana, alemã e japonesa.

Ainda, segundo Monteiro (2013) em agosto mais torpedeamentos ocorreram e a notícia se alastrou pelo país, a nota do Departamento de Imprensa e Propaganda se espalhou rapidamente juntamente com a consternação por todo território. Nas ruas não se falava de outra coisa e a guerra que parecia distante agora estava próxima. No edifício da Companhia Nacional de Navegação Costeira, no Rio de Janeiro, uma multidão de parentes e amigos dos tripulantes de embarcações como o Baependy, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba e Arará, aglomeravam-se para saber alguma notícia sobre mortos e sobreviventes:

Como de praxe na cobertura jornalística de grandes tragédias, junto a informações corretas, uma enxurrada de boatos e dados não checados satisfatoriamente pelas redações ganha as manchetes dos jornais e toma conta do país. Assim, em meio à polvorosa, pela pressa da notícia a qualquer preço ou atendendo a determinados interesses, versões equivocadas circulam em meio a enxurrada de informações divulgadas nos veículos de comunicação.

Uma das primeiras hipóteses levantadas extraoficialmente foi de que os ataques teriam sido executados pelos norte-americanos, que estariam tentando jogar a culpa nos alemães, como forma de tentar forçar Getúlio Vargas a posicionar-se, de uma vez, na trincheira aliada. Outra informação publicada nos jornais da conta de que os naufragos do Baependy teriam sido metralhados ao tentar chegar na baleeiras[...] a informação acerca do Baependy partira de “um passageiro de carreira” que chegara ao Rio de Janeiro no dia anterior e não fora confirmada por nenhum dos sobreviventes do navio que conseguiram alcançar a costa. Entretanto, diante de tudo que se ouvira, o suposto ataque a tiros de metralhadora dá ao episódio ares ainda mais dramáticos, instalando entre a população um desejo de vingança a qualquer preço. (MONTEIRO, 2013, p. 136)



Fonte: PINTREST (2019)

Sábado, 22 de Agosto de 1942, costumeiramente um dia tranquilo, porém dessa vez era diferente, pois durante toda a semana uma onda crescente de protestos tomou as ruas do país, à medida que iam saindo do trabalho, comerciantes e prestadores de serviço juntavam-se a estudantes em diversos pontos das capitais a espera de notícias vindas do Rio de Janeiro. No dia anterior o duro discurso de Oswaldo Aranha deixava claro que o Brasil reagiria aos ataques alemães. A partir do meio dia circulavam notícias não confirmadas de que o Brasil havia aceitado o estado de beligerância. Os boatos se espalharam e aumenta a ansiedade e a presença das pessoas nas principais ruas e cidades das capitais e do interior. No meio da tarde as concentrações passaram a ocorrer em frentes aos jornais, cujas sacadas costumavam dar as notícias mais frescas, enquanto isso nas capitais o fluxo de pessoas na direção da periferia para a centro. Ninguém mais duvidava da entrada do Brasil na guerra. (MONTEIRO, 2013).

Monteiro ainda expõe em sua obra que por volta das 5 da tarde os jornais acionaram suas sirenes, chamando a atenção do povo:

Agora é oficial: em nota, Getúlio Vargas decreta estado de beligerância aos países do Eixo. A decisão foi tomada e informada aos alemães e aos italianos no dia anterior, mas só agora vinha a público [...] Segundos após o anúncio oficial, nas grandes e nas pequenas cidades, a multidão explode em comemoração. Gritos e aplausos acalorados nas ruas, sirenes soando ininterruptamente nas fábricas, navios apitando quase sem intervalo nos portos. (MONTEIRO, 2013, p. 199).

6 A FORMAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Nesse capítulo serão apresentados os principais fatores que levaram a formação da 1ª DIE, passando pelas dificuldades do adestramento e da mobilização, da região de atuação até a sua organização e subordinação dentro do 5º Exército dos Estados Unidos da América.

6.1 As dificuldades iniciais

Segundo Hastings (2011), as tropas brasileiras estiveram na Itália onze meses. Chegaram em setembro de 1944 e partiram em agosto de 1945. Foi o único país latino-americano a participar diretamente da Segunda Guerra Mundial. Sua participação na guerra começou devido à assinatura em 28 de janeiro de 1942, durante a Terceira Conferência dos Chanceleres Americanos no Rio de Janeiro, de um acordo que encerraria sua relação com o Eixo.

Para tal, em 1943 o Brasil decidiu criar a Força Expedicionária Brasileira - FEB. No entanto, havia uma grande dificuldade em encontrar soldados que se encaixassem no perfil do combatente americano e inglês. Além disso, a última grande guerra que o Brasil havia participado foi contra o Paraguai em 1865, então, esses soldados não tinham experiência em grandes conflitos. Durante os anos 40, a maioria das armas ainda era do período da Primeira Guerra Mundial, sendo uma mistura de armas alemãs e inglesas (HASTINGS, 2011).

A tática militar ensinada no exército ainda era a francesa que foi usada durante a guerra de 1914. Os soldados estavam espalhados por todo o território e suas condições físicas também não eram muito boas. Muitos soldados não tinham educação porque vinham do interior, onde a educação básica era um privilégio para poucas pessoas. Para completar a situação sombria, dentro do exército do país ainda havia uma divisão entre os oficiais que apoiavam os alemães e os partidários dos Aliados (HASTINGS, 2011).

Quanto à imprensa, de acordo com Bezerra (2015), a imprensa nacional disse que era mais fácil fumar uma cobra do que o Brasil ir para a guerra. Eles estavam completamente errados. Mesmo com tantos problemas, o Brasil conseguiu mobilizar mais de 25 mil soldados, divididos em três grupos e, mesmo em plena velocidade, passou a treiná-los para ir ao teatro de operações. Por exemplo, enquanto um soldado americano foi treinado em uma média de 9 meses antes de ir para o combate, um soldado brasileiro foi treinado apenas 3 meses.

Diante de todas essas dificuldades, em 9 de agosto de 1943, o general Mascarenhas de Moraes, comandante da 2ª Região Militar (São Paulo), foi convidado pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, para assumir o comando da Divisão de Infantaria da Força

Expedicionária Brasileira (BEZERRA, 2015).

Em seguida, o ministro foi para os Estados Unidos com uma carta de Vargas ao presidente Franklin Roosevelt, na qual Getúlio manifestou a vontade do Brasil de participar ativamente das batalhas. A divisão de Mascarenhas de Moraes seria a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), sendo sua designação indicada posteriormente.

Pela Lei Ministerial 4.744, publicada no boletim reservado de 13 de agosto de 1943, foi estruturado o FEB, constituído pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1º DIE) e pelos órgãos não divisionários. Em 23 de novembro de 1943 é finalmente criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), com três Divisões de Infantaria e elementos orgânicos do Corpo do Exército, incluindo os Órgãos de Aviação e Comando e Serviços (BEZERRA, 2015).

Então somente em 28 de dezembro de 1943 foi publicada a designação do General Mascarenhas de Moraes para comandar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1º DIE), em confirmação à escolha feita pessoalmente pelo Chefe do Governo, em agosto (HASTINGS, 2011).

Figura 4 – Marechal Mascarenhas de Moraes



Fonte: PINTREST (2019)

Os oficiais tiveram que se adaptar às mudanças necessárias do cenário da época para que a tropa brasileira pudesse ser bem comandada tendo melhores desempenhos nos combates. Foi então que chefes brasileiros como os generais Euclides Zenóbio da Costa,

Oswaldo Cordeiros de Farias e Falconière da Cunha, foram enviados aos EUA para aprender as novas táticas de guerra (BEZERRA, 2015).

Durante o período de treinamento, em 6 de dezembro de 1943, o General Mascarenhas de Moraes acompanhado por muitos oficiais, dentro deles um Grupo de Observadores, partiu para o norte da África e Itália. Visitou durante um longo período as frentes de combate e esteve em contato com os mais notáveis chefes militares aliados daquele Teatro de Operações. No final de 1943, foi decidido que o destino do corpo expedicionário brasileiro era o Teatro de Operações do Mediterrâneo (BEZERRA, 2015).

O principal objetivo dos Aliados na Itália naquele momento era manter o exército alemão sob pressão, a fim de evitar que seus comandantes deslocassem suas tropas para a França, onde uma ofensiva final das forças aliadas estava sendo preparada no Ocidente (HASTINGS, 2011).

Com esta organização, a 1ª DIE teve de atacar em uma frente de 6 km e defender uma frente de 5 a 10 km, após a adaptação da montanha que ocorreu na região dos Apeninos, na Itália. As primeiras sessões de treinamento começaram no Brasil com o apoio de 115 regras americanas traduzidas e coordenadas pelo Estado-Maior Geral da FEB (VILELA, 2008).

6.2 Mobilização

Devido as necessidades do conflito, o Presidente Vargas criou a Coordenação de Mobilização Econômica, a fim de transformar economia de paz em economia de guerra (FARIA 2015, p. 237-238). Além disso, foi verificado que as Forças Armadas necessitavam urgentemente de material de guerra. Faria (2015) relata em sua obra: “Os armamentos e equipamentos, na sua grande maioria de procedência estrangeira eram antiquados e em número insuficiente para atender as novas exigências”. (2015, p. 238)

As fabricas militares brasileiras não supriam as quantidades de explosivos e armamentos necessários, então por meio da Lei do Empréstimo e Arrendamento, o Brasil conseguiu adquirir o material necessário para suas tropas. Segundo Faria (2015, p. 239) foi recebido metade do material para equipar uma de Infantaria.

O efetivo também necessitava de incremento e para que todo pessoal previsto nos Boletins Especiais fossem selecionados foram adotadas medidas como promoções de oficiais e convocações de oficiais da reserva. Além disso, os critérios de seleção dos soldados tiveram de ser abrandados.

O comando de frações no valor subunidade e pelotão foi um problema, pois o quadro

de capitães estava envelhecido. Tenentes das turmas de 1936 e 1937 foram comissionados para resolver esse problema, porém, ocorreu a desvantagem de se ter capitães inexperientes. Como consequência disso tenentes e aspirantes-a-oficial recém formados foram convocados para o comando dos pelotões trazendo novamente o problema da inexperiência (FARIA 2015).

Quanto à seleção dos soldados houve restrições aos padrões norte americanos. Problemas quanto à capacidade física e intelectual foram encontrados e por isso os critérios foram diminuídos. Como coloca Faria:

Num país com população pobre e com baixa higidez física, a alta percentagem de incapazes para o serviço (em especial por problemas dentários e psicológicos) obrigou as Comissões de Inspeção ao abrandamento dos critérios, para ampliar o universo selecionado. Esse fato produziu consequências indesejáveis, como soldados sem as mínimas condições físicas ou de saúde. Pelo mesmo motivo a seleção intelectual foi insatisfatória em diversos aspectos, já que foram incorporados centenas de analfabetos, que não atendiam as exigências para lidarem com equipamentos sofisticados. (FARIA, 2015, p.244)

6.3 Adestramento

Nessa parte do trabalho será citado como ocorreu o adestramento da tropa para o combate. É importante salientar que os treinamentos foram feitos parte no Brasil, antes da partida para o teatro de operações europeu e parte já em território italiano.

6.3.1 A instrução no Brasil

Segundo o Marechal Mascarenhas de Moraes o adestramento deveria começar pelo mais básico da instrução militar, pois não havia reservas preparadas de forma adequada para mobilização (FARIA, 2015).

Quanto aos quadros Faria coloca em sua obra:

[...] o problema para a instrução ficou bem retratado na observação de Manoel Thomaz Castelo Branco: “cada oficial ou graduado trazia suas convicções, sua bagagem cultural, seus hábitos decorrentes da doutrina militar francesa adotada pelo Exército Brasileiro desde a 1ª GM, de modo que não foi simples desfazer-se desse lastro em proveito do outro (FARIA, 2017, p. 245).

Para que se houvesse condições de se contornar os problemas de falta de especialistas na reserva, foram realizados cursos no Centro de Instrução Especializada da 1ª Região Militar, que visavam a formação de motoristas, mecânicos de viaturas, enfermeiros, operadores e mecânicos de rádio, telegrafistas, telefonistas, cozinheiros e outros. Mesmo com essa medida nem todas as necessidades foram supridas e as unidades entraram em combate com

falta de especialistas (FARIA, 2015).

Ainda sobre a instrução da tropa, notas foram elaboradas e distribuídas a fim de se difundir os novos aspectos da doutrina militar no que tange ao emprego do Grupo Tático (GT). Isso foi uma forte preocupação do comando da FEB já que o Grupo Tático era considerado, pelos norte americanos, a unidade básica de combate. (FARIA, 2015)

Segundo Faria (2015) os inúmeros problemas como: falta de material norte americano, poucos instrutores (30 militares brasileiros e alguns norte-americanos) empirismo e autodidatismo (gerados das novas publicações sobre a doutrina americana e da dificuldade de traduzir e divulgar os novos manuais), falta de centros de instrução adequados entre outros problemas, prejudicaram o rendimento, instrução e o adestramento da tropa. Tudo isso pode ser evidenciado nas palavras do Marechal Mascarenhas de Moraes “[...] seus 3 primeiros escalões de embarque, integrantes da 1ª DIE, chegaram a Itália com treinamento incompleto e inadequado, e os 2 últimos, partiram do Brasil, praticamente sem instrução”.

6.3.2 Preparação na Itália

Durante o primeiro mês em solo italiano, mais precisamente, em Bagnoli, em Nápoles pouco se fez em relação a adestramento militar, devido ao atraso da entrega do material bélico. Buscando manter o preparo físico da tropa, a disciplina e a coesão, foram realizadas praticas desportivas, marchas, ordem unida (FARIA, 2015).

Após o recebimento do material a FEB finalmente começou seus adestramentos. Montagem e manuseio dos novos armamentos individuais e coletivos e exercícios de tiro foram o foco, além de uma atenção especial a instrução de motoristas devido as dificuldades geradas pelas más condições das estradas (FARIA, 2015)

Quanto a instrução de oficiais:

[...]foram realizados estágios nas linhas de frente, das 34ª e 88ª DI NA e, ainda, cursos para capitães e tenentes na Escola Americana de Treinamento e Comando de Pelotão (Leadership and battle training school) em Santa Ágata Dei Gotti, Caserta (sul de Vada)[...] Mesmo com as dificuldades da língua, todos se saíram muito bem e muitos receberam elogios dos instrutores e dos observadores militares norte-americanos (FARIA, 2015, p.249-250)

Por último um exercício de campanha foi feito na cidade de Vada antes que a a FEB entrasse em combate. Ocorreu em 10 de setembro de 1944, teve duração de 36 horas, constou de uma marcha de 36 quilômetros e de uma ataque coordenado do 6º com apoio de fogo. Participaram de cerca de 4000 militares brasileiros (FARIA, 2015).

6.4 A organização e o material da tropa

Hastings (2011) afirma que as forças brasileiras seriam integradas no 5º Exército dos EUA, comandado pelo General Mark Clark, e incluído no 4º corpo da Corporação, comandado pelo General Willis Crittenger. Essa Corporação do Exército dos EUA, além da divisão brasileira, foi formada pelas divisões blindadas (americana), sul-africana e inglesa, e também pela 10ª Divisão de Montanha (americana), que lutou com os brasileiros em fevereiro de 1945, na Conquista Monte Castello.

O 5º Exército dos EUA fez parte do 15º Grupo dos Exércitos Aliados. Com o 5º Exército dos EUA, o famoso 8º Exército Britânico comandado por Marshall Montgomery estava lutando no Teatro Mediterrâneo. Este exército britânico lutou contra Rommel e seu Afrika Korps na África e conseguiu bons resultados, que também apareceram na Sicília (HASTINGS, 2011).

Segundo Hastings (2011) afirma que um regimento (1º Regimento Sampaio) ficaria no Rio de Janeiro, capital da República brasileira na época, outro (6º Regimento de Caçapava) em Caçapava, interior de São Paulo, distante da capital paulista aproximadamente 2 horas e outro Regimento (11º Regimento de Infantaria) ficaria em Minas Gerais, na cidade de São João Del Rey.

Em outubro de 1943, já havia começado a organização da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1º DIE), sob a orientação do General Mascarenhas de Moraes, designado para o dia 7 de outubro de 1943. Essa grande unidade expedicionária e seus elementos seguiram os padrões do Exército dos Estados Unidos, já consagrados pela experiência de guerra em curso (HASTINGS, 2011).

A tropa orgânica da Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), tipo americana, compreendeu:

3 Regimentos de Infantaria:

1º Regimento de Infantaria, o Sampaio, do Rio de Janeiro;

6º Regimento de Infantaria, de Caçapava;

11º Regimento de Infantaria, de São João Del Rey.

3 Grupos de artilharia 105 mm;

1 Grupo de Artilharia 155 mm;

- 1 Batalhão de Engenharia (9º Batalhão de Engenharia, de Aquidauana - Mato Grosso);
- 1 Esquadra de Reconhecimento;
- 1 Batalhão de Saúde (organizado em Valença);
- 1 empresa HQ;
- 1 Companhia de Bailiff;
- 1 Empresa de Transmissões;
- 1 Empresa de Manutenção;
- 1 Pelotão policial;
- 1 Banda de música;
- 1 Destacamento de Saúde;
- 1 Pelotão de Enterro (HASTINGS, 2011).

Segundo Bezerra (2015), em resumo, a FEB tinha um Comando, uma Divisão de Infantaria, um Depósito de Pessoal e pequenas organizações com Serviço de Justiça e Serviço de Saúde, nas quais foram designados cerca de 100 médicos e 111 enfermeiros. Na organização do 1º DIE grande parte das unidades já existentes foram reutilizadas, e outras foram transformadas e criadas.

De acordo com Vilela (2008), os soldados foram guarnecidos e começaram a treinar todo o tempo que podiam simultaneamente com as visitas constantes dos oficiais. O 1º DIE foi organizado com a mesma organização que uma Divisão de Infantaria do Exército dos EUA, com 14.254 soldados (734 oficiais e 13.520 pracinhas), e com 66 obuses (54 dos quais 105 mm e 12 de 155 mm), 144 morteiros (90 de 60 mm e 54 de 80 mm), 500 metralhadoras (87 metralhadoras 4.5, 175.30 e 237.50), 11.741 rifles (5.231 carabinas e 6.510,30 rifles), 1.156 pistolas calibre 45, 2.387 armas anti-carro (13 canhões 37 mm e 57 milímetros, além de 585 2,36 bazuca e 1.532 lançadores de granadas), 72 detectores de minas anti-carro e máscaras contra máscaras para todos os soldados. Também com 1.410 veículos motorizados, incluindo 13 tanques M8 e 5 M3 tanques de meia faixa. Isso permitiu mover o terço de toda a mão de obra do 1º DIE, que ocorreu durante a perseguição do rio Panaro. Os 47 barcos e pontes de assalto permitiram que a divisão cruzasse rios. Seus 736 telefones, 42 telégrafos,

592 estações de rádio e 10 aviões Piper Cub, proporcionavam ampla capacidade de observação e conexão.

7 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como ocorreu o ingresso do Estado brasileiro na Segunda Grande Guerra e também as fases mais importantes da formação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária e demais órgãos não divisionários, e as dificuldades encontradas na época para isso, além disso uma reflexão acerca do contexto histórico europeu e nacional. O conhecimento do assunto é de grande importância no meio militar pois permite que as novas gerações de militares e civis aprendam acerca de uma passagem importante da história do seu país e do seu exército.

Destacar a formação da FEB, tratando sobre as principais dificuldades processos e dificuldades, ajuda a compreender como sua participação no conflito foi importante, no sentido da evolução do Exército Brasileiro que não participava de grandes combates desde a Guerra da Tríplice Aliança, quase um século antes, atualizando sua doutrina, desde as instruções básicas até seu armamento e equipamento

O problema levantado que motivou a pesquisa foi: Os afundamentos dos navios mercantes foi o principal motivo para o Brasil entrar na Guerra? E quais foram os processos que levaram a formação da FEB?

Desta forma, os resultados encontrados mostram que interesses macroeconômicos brasileiros e militares os norte-americanos, aliados a forte comoção nacional, da sociedade brasileira, geradas pelos torpedeamentos de inúmeras embarcações mercantes brasileiras, feitos por submarinos alemães, tiraram o Brasil da posição inicial de neutralidade, levando o presidente Getúlio Vargas a se juntar a trincheira Aliada.

Conclui-se então que os objetivos foram alcançados de forma que os afundamentos dos navios gerou grande comoção e forte sentimento de revanche da sociedade brasileira, sendo assim, o fator mais importante para a declaração do estado de beligerância, porém, não o único. Além disso houve um alinhamento de interesses de forma que o Brasil contribuiu com os interesses militares dos EUA permitindo que estes operassem bases aéreas no Nordeste do território e por sua vez os norte-americanos contribuíram com os interesses de desenvolvimento econômico brasileiro financiando a indústria siderúrgica nacional.

Dada a importância do tema é oportuno que ocorram novas abordagens de pesquisa sobre este tema como: manobras realizadas nos grandes combates em que a FEB atuou, a

atuação das outras Forças atuaram na 2ª GM, como foi a influência ideológica gerada no militar brasileiro ao se ter contato com o militar norte-americano e quais as consequências geradas disso, entre outras.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Antonio. **O Brasil na II Guerra Mundial e as Comunicações da 1ª Divisão de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira – 1944/45**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2007.

BEZERRA, J. **O Brasil na II Guerra Mundial**. Disponível em: <www.todamateria.com.br/o-brasil-na-segunda-guerra-mundial/>. Acesso em: 15 maio 2019.

FARIA, Durland Puppim de (Org.). **Introdução à história militar brasileira**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015.

HASTINGS, M. **Inferno: o mundo em guerra 1939-1945**. São Paulo: Scipione, 2011.

LIGA DAS NAÇÕES. **Centenário independência da Liga das Nações**. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDasNacoes>. Acesso em: 16 maio 2019.

MONTEIRO, Marcelo. **U-507 o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2013.

MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército ED., 2005.

OLIVEIRA, D. C. **Holocausto: Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Hunter, 2011.

SAVIAN, E. J.; LACERDA, P. H. B. **Introdução ao estudo de história militar geral**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015.

SILVEIRA, Joaquim Xavier. da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

VICENTINO, C. **História geral**. São Paulo: Scipione, 2002.

VILELA, T. **Brasil na Segunda Guerra: Monte Castelo, vitória, volta da FEB e fim do Estado Novo**. Disponível em: <www.educacao.uol.com.br>. Acesso em: 15 maio 2019.